



**RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE PENSÃO
MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA - JUSPREV
SEGUNDO SEMESTRE DE 2013**

1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Em atendimento ao artigo 6º, § 3º do Regulamento anexo da RES/CMN nº 3.792, de 24/09/2009, ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, e ao item 4.4 da política de Investimentos para 2013, aprovada pelo Conselho deliberativo em 14 de dezembro de 2012, este Conselho Fiscal reunido em 27 de junho de 2014, analisou a documentação disponibilizada pela entidade, para análise do resultado da Política de Investimentos e apresenta a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

1.1 - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS - PLANJUS

1.1.1 - Aderência da gestão dos recursos garantidores

Verificamos com base no relatório e na documentação suporte que, a entidade está mantendo a gestão dos recursos em atendimento às diretrizes da Política de Investimentos e aos normativos RES/CMN nº 3.792, de 24/09/2009, conforme apresentado no relatório e documentação suporte.

Os recursos garantidores calculados de acordo com o art. 3º, em 31 de dezembro de 2013, eram os seguintes:

Total Demonstrativo de Investimentos	64.220.785,83
Depósitos	366.279,14
Fundos (1º Nível) Total	63.660.006,68
16.557.853/0001-69 DLM JUSPREV FIC FIM	31.690.828,60
09.188.149/0001-10 BRADESCO FIC FIM JUSPREV	31.969.178,07

Comentários: O Conselho analisou a forma como a Política de Investimentos vem sendo conduzida, concordando com o andamento da mesma. Todos os investimentos estão lastreados em cotas de fundo de investimentos exclusivos, registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A composição dos fundos está disponível para averiguação no site eletrônico da CVM. Não identificamos desenquadramentos à Resolução CMN 3.792/09, estando devidamente enquadrada na legislação.

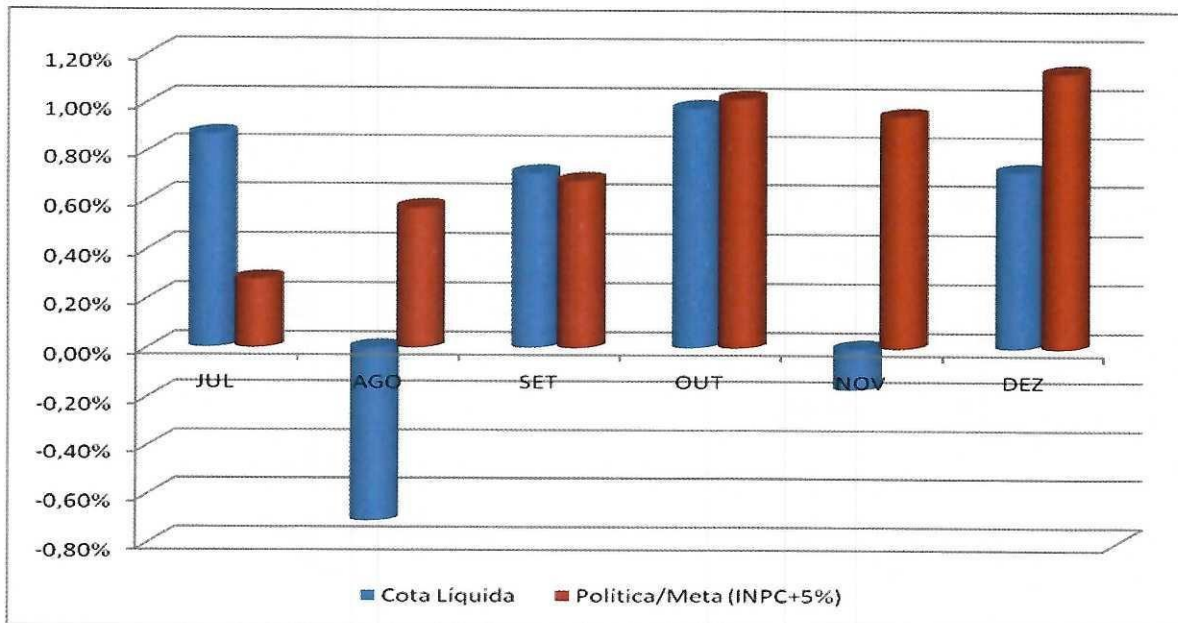
1.1.2 - Rentabilidade

Verificamos com base no relatório e na documentação suporte, que as rentabilidades dos recursos do PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS - PLANJUS, auferidas no SEGUNDO SEMESTRE DE 2013, estão em desacordo com os objetivos do plano e com as metas estabelecidas na Política de Investimentos em consonância com a Resolução CMN 3.792/09.

Rentabilidade	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Acum.
Cota Líquida	0,87%	-0,71%	0,71%	0,98%	-0,17%	0,72%	2,41%
Política/Meta (INPC+5%)	0,28%	0,57%	0,68%	1,02%	0,95%	1,13%	4,71%
Real (Cota/INPC+5%)	0,59%	-1,27%	0,03%	-0,04%	-1,11%	-0,40%	-2,20%

A análise do quadro representa que durante o segundo semestre, os recursos garantidores das provisões ficaram 2,20% abaixo do esperado na política de investimentos.

Graficamente podemos representar os retornos obtidos em relação ao esperado conforme a figura abaixo:



Comentários: A rentabilidade nominal líquida obtida no semestre pelos recursos garantidores do Ativo Líquido do PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS - PLANJUS foi de 2,41% no período, contra uma expectativa de rentabilidade nominal líquida de 4,71% o que, em termos reais, representou obter 2,20% no período a menos do que a meta do plano. Verificamos pelo gráfico que esta rentabilidade baixa foi consistente durante todo o semestre, principalmente nos meses de agosto e novembro, quando a rentabilidade foi negativa.

Adotamos o Método da Taxa Interna de Retorno (TIR) a partir dos retornos sobre os saldos iniciais mensais para o cálculo da rentabilidade.

1.1.3 - Controle de Riscos

Verificamos com base na documentação suporte do segundo semestre de 2013, que o risco de mercado está em desacordo com os estabelecidos na Política de Investimentos e os normativos Res./CMN nº 3.792, de 24/09/2009 e IN/SPC/MPS nº 14, de 18/01/2007. O risco de mercado é medido pela Divergência Não Planejada (DNP), e esta apresentou-se abaixo do esperado no acumulado dos últimos doze meses e também nos últimos 36 meses.

De acordo com a Instrução PREVIC nº 2, de 18 de maio de 2010, a entidade deverá elaborar justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à manutenção ou não dos ativos que compõem a carteira do plano de benefícios, sempre que apurar a DNP negativa, por doze meses consecutivos, e a DNP negativa da carteira acumulada nos últimos trinta e seis meses.

1.4 - Custos de Gestão

Verificamos com base no relatório e na documentação suporte do segundo semestre de 2013, que os custos com gestão de recursos ficaram dentro de parâmetros médios



praticados pelo mercado financeiro. O valor da taxa de administração cobrada pelos gestores dos investimentos é deduzido da rentabilidade líquida da cota do Fundo de Investimento.

1.5 - Protocolo da Política de Investimentos no SICADI

Verificamos que a Política de Investimentos para 2014 aprovada pelo Conselho deliberativo em 13 de dezembro de 2013 foi protocolada no SICADI - Sistema Integrado de Captação de Dados da Previdência Complementar em 06 de janeiro de 2014 sob o nº 045150068638-60.

1.6 - Demonstrativo de Investimentos

Verificamos que a administração da JUSPREV encaminhou à Superintendência Nacional de Previdência Complementar, o Demonstrativo de Investimentos - DI, através do Sistema SICADI disponibilizado na internet.

MÊS REFERENCIA	PROTOCOLO Nº	PRAZO	DATA DO ENVIO
Março/2013	045150041867-54	15/05/2013	14/05/2013
Junho/2013	045150048287-06	15/08/2013	08/08/2013
Setembro/2013	045150059428-74	15/11/2013	11/11/2013
Dezembro/2013	045150034548-12	15/02/2014	03/02/2014

De acordo com a Instrução PREVIC nº 1 de 22/03/2011 os Demonstrativos de Investimentos devem ser preenchidos trimestralmente até 15 dias após o envio dos balancetes trimestrais, assim, constatamos que os prazos foram cumpridos.

1.7 - Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução política de Investimentos e em atendimento ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004, a rentabilidade alcançada pelo JUSPREV ficou aquém do esperado para o plano, o controle de risco aponta o descolamento da rentabilidade em relação às metas. Manifestamos ainda que a entidade está aplicando os recursos dos planos **com** aderência a RES/CMN nº 3.792, de 24/09/2009, em **conformidade** com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo.

2 - ADERÊNCIA ÀS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Em atendimento ao Inciso I, do artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal analisou a documentação disponibilizada pela entidade, referente ao segundo semestre de 2013, para verificação das premissas e hipóteses atuariais do plano de benefícios e apresentamos a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

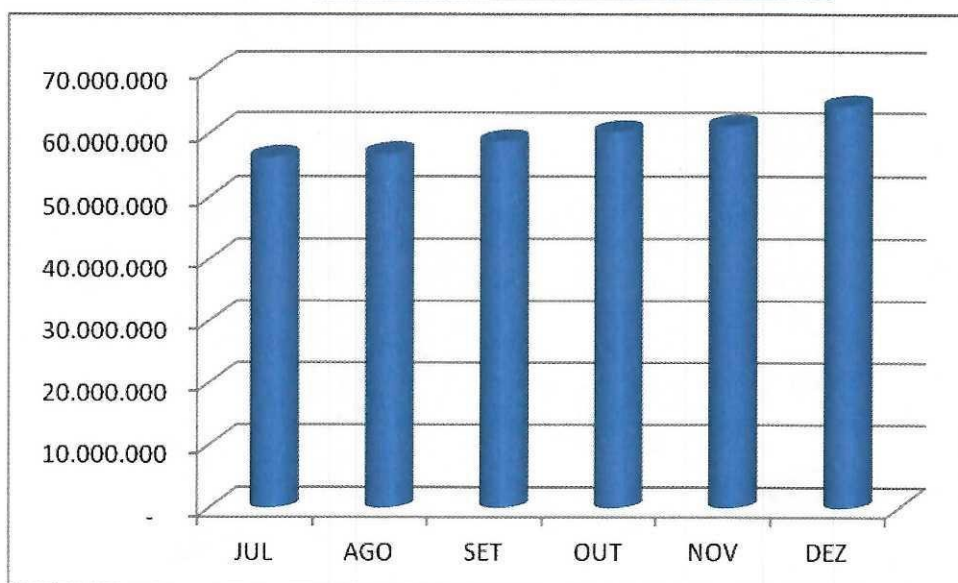
2.1 - Premissas e Hipóteses

- Hipóteses indicadas para a Avaliação Atuarial - 2012:
 - Tábua de Mortalidade Geral: AT - 2000;
 - Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-2000; e
 - Taxa de Juros: 5,00%.

A Entidade apresentou **Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais** emitido pela Data A Consultoria Atuarial que desenvolveu a análise das hipóteses adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris -**PLANJUS** de forma a indicar quais as premissas mais apropriadas à realidade dos mesmos. Tais indicações constam em anexo do Relatório de Aderência das Hipóteses emitido com base nos dados de 2011.

2.2. Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano

MÊS	PLANJUS
JUL	56.323.556
AGO	56.902.521
SET	58.788.228
OUT	60.255.316
NOV	61.200.027
DEZ	64.365.795



h
mg



2.3 - DRAA e Notas Técnicas Atuariais

Verificamos com base no DRAA e nas Notas Técnicas Atuariais, elaboradas pelo atuário responsável pelo Plano de Benefícios, que as premissas, hipótese e tábuas biométricas adotadas estão aderentes aos compromissos do Plano.

2.4 - Cobertura Patrimonial e Resultado do Plano.

Verificamos com base nos Balancetes do Plano de 31 de dezembro de 2013, que o patrimônio apurado, conforme abaixo, é suficiente para cobertura das obrigações e compromissos do PLANJUS.

DESCRIÇÃO	PLANJUS
ATIVO TOTAL	64.524.468,18
(-) Exigível Operacional	-28.214,62
(-) Fundos Administrativos	-130.458,24
(=)PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	64.365.795,32
(-) Provisões Matemáticas	-64.365.795,32
(=) Resultado do Plano	0,00

2.5 - Resultado Previdencial

Verificamos com base nos Balancetes do Plano de 31 de dezembro de 2013, que o fluxo de recursos apurado, conforme abaixo, é suficiente para a constituição das obrigações do PLANJUS.

Resultado Previdencial do Plano em 31 de dezembro de 2013

DESCRIÇÃO	PLANJUS
(+) RECEITAS	18.567.728,96
Adições (Contribuições)	16.667.164,65
Fluxo Positivo dos Investimentos	1.900.564,31
(-) DESPESAS	-18.567.728,96
Deduções (Recursos Utilizados)	-2.010.732,07
Cobertura/reversão de despesas administrativas	-440.070,46
Fluxo Negativo dos Investimentos	-3.512.298,84
Constituições de Provisões Atuariais	-12.604.627,59
(=) RESULTADO (RECEITAS - DESPESAS)	0,00

2.6. HIPÓTESES BIOMÉTRICAS

A Entidade apresentou **Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais** emitido pela Data A Consultoria Atuarial que desenvolveu a análise das hipóteses biométricas adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris - **PLANJUS** de forma a indicar quais as premissas mais apropriadas à realidade do mesmo. Tais indicações constam em anexo do Relatório de Aderência das Hipóteses emitido com base nos dados de 2013.

2.7. HIPÓTESES DEMOGRÁFICAS

A Entidade apresentou **Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais** emitido pela Data A Consultoria Atuarial que desenvolveu a análise das hipóteses demográficas adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris - **PLANJUS**, de forma a indicar quais as premissas mais



apropriadas à realidade do mesmo. Tais indicações constam em anexo do Relatório de Aderência das Hipóteses emitido com base nos dados de 2013.

2.8. HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

A Entidade apresentou **Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais** emitido pela Data A Consultoria Atuarial que desenvolveu a análise das **hipóteses econômicas e financeiras** adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris - **PLANJUS**, de forma a indicar quais as premissas mais apropriadas à realidade do mesmo. Tais indicações constam em anexo do Relatório de Aderência das Hipóteses emitido com base nos dados de 2013.

2.9. Manifestação

Com base nos DRAAs, no Relatório de Aderência das Hipóteses e nas Notas Técnicas Atuariais, elaborados pelo atuário responsável, em atendimento ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004, manifestamos que as premissas, hipótese e tábuas biométricas adotadas estão aderentes aos compromissos do plano.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em atendimento ao § 1º do artigo 16 e ao Inciso I, do artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal analisou a execução do Planejamento Orçamentário referente ao segundo semestre de 2013, e apresentamos as seguintes considerações sobre os pontos verificados:

Acompanhamento da Previsão Orçamentária

ORÇAMENTO GERAL 2013					
DESCRIÇÃO	ORÇADO	REALIZADO	DIVERGÊNCIA	VARIAÇÃO	
(+) Contribuições Previdenciais	16.624.647	16.227.094	-397.553	-2,39%	
Contr. Previdencial Participantes	15.572.104	14.503.935	-1.068.169	-6,86%	
Portabilidades	1.052.543	1.723.159	670.616	63,71%	
(-) Deduções	183.826	2.010.732	1.826.906	993,82%	
Benefícios	15.271	33.519	18.248	119,50%	
Resgates	168.555	1.464.643	1.296.088	768,94%	
Portabilidades		507.983	507.983	n/o	
Outras deduções		4.587	4.587	n/o	
(+) Contribuição Administrativa	1.499.828	1.148.697	-351.131	-23,41%	
Instituidores	439.063	329.531	-109.532	-24,95%	
Participantes	686.849	440.070	-246.779	-35,93%	
Outras (pro-labore)	373.916	379.096	5.179	1,39%	
(-) Saída Administrativa	1.588.279	1.240.904	-347.375	-21,87%	
Previdencial	1.588.279	1.210.173	-378.106	-23,81%	
Pessoal e Encargos	605.026	648.617	43.591	7,20%	
Treinamento/Congr/Seminários	33.961	29.991	-3.970	-11,69%	
Viagens	270.292	129.275	-141.017	-52,17%	
Serviços de Terceiros	191.349	163.080	-28.270	-14,77%	
Consultoria Atuarial	19.918	21.200	1.282	6,44%	
Consultoria Contábil	22.567	22.064	-504	-2,23%	
Informática	78.036	79.789	1.753	2,25%	
Gestão/Planejamento/Risco	24.440	-	-24.440	-100,00%	
Auditoria	11.552	3.800	-7.752	-67,11%	
Tarifas	34.836	36.226	1.390	3,99%	
Despesas Gerais	473.306	223.333	-249.973	-52,81%	
Despesas Gerais	402.949	170.773	-232.176	-57,62%	
Cofins Administrativo	60.522	45.213	-15.309	-25,30%	
PIS administrativo	9.835	7.347	-2.488	-25,29%	
Depreciações	14.345	15.878	1.533	10,69%	
Investimentos	-	30.731	30.731	n/o	
Serviços de Terceiros	-	30.731	30.731	n/o	
Consultoria dos Investimentos	-	30.731	30.731	n/o	
(+) Rendimentos de investimentos	5.982.551	-1.630.173	-7.612.724	-127,25%	
(=) Evolução Patrimonial	22.334.921	12.493.983	-9.840.938	-44,06%	
Planos Previdenciais	22.410.153	12.604.628	-9.805.525	-43,75%	
Plano de Gestão Administrativa	-75.232	-110.645	-35.413	47,07%	

- 3.1. As receitas de contribuições projetadas foram realizadas abaixo das suas projeções no valor de R\$ 1.068 mil, representando uma variação de -6,86%, enquanto as portabilidades recebidas ficaram R\$ 671 mil acima do estimado ou 63,71% a mais que o projetado. O Total de recursos previdenciais ficou 398 mil abaixo do esperado, ou -2,39%.
- 3.2. O Resultado dos Investimentos obtido foi de R\$ 7,612 milhões a menor que o orçado, representando uma variação de -127,25%.
- 3.3. As receitas e subvenções administrativas estimadas foram realizadas abaixo das suas estimativas no valor de R\$ 351 mil, gerando uma variação de -23,41%, mais em função do custeio dos Participantes e dos. O rebate de venda de benefícios de risco ficou 5 mil acima do estimado (+1,39%)
- 3.4. As despesas previdenciárias para pagamento de benefícios realizadas ficaram R\$ 18 mil a maior, ou 119,50%, em função de novas entradas em benefícios de Renda Educacional e Pensões.
- 3.5. Os institutos de resgate extrapolaram em R\$ 1.296 mil os valores orçados, equivalentes a 769%. As portabilidades de saída não foram orçadas (n/o). Os resgates e Portabilidades são despesas de difícil estimativa, uma vez que não dependem da administração a sua realização.
- 3.6. As Despesas administrativas estimadas foram realizadas abaixo da previsão orçamentária no valor de R\$ 347 mil, equivalente a -21,87%, principalmente em função de Treinamentos, viagens, consultorias e Despesas Gerais.
- 3.7. A evolução Patrimonial ficou bem abaixo do estimado, gerando um patrimônio de 9,841 milhões, menor que o projetado inicialmente, principalmente em função do fraco desempenho dos investimentos.

Verificamos no segundo semestre de 2013 que a execução orçamentária apresentou desvios entre realizado e orçado que ficaram acima da média de desvio aceitável.

3.8. Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004, manifestamos que o orçamento foi executado **fora** dos parâmetros estabelecidos no Planejamento Orçamentário, necessitando de ajustes nas projeções, em função dos desvios entre realizado e orçado que ficarem acima da média de desvio aceitável, porém ressaltamos que as principais divergências apresentadas são referentes à subestimativa de receitas de Contribuições o que não acarreta prejuízo à entidade.





CONTROLES INTERNOS

Em entendimento aos artigos 19, 20 e 23, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal, analisou a documentação disponibilizada pela entidade, referente ao 1º semestre de 2013, para verificação da aderência e eficiência dos controles internos e apresentamos a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

4.1. Segregação de atividade de funções.

Verificamos com base na estrutura organizacional e funcional, que as atividades e funções estão segregadas, consoante ao que estabelece o artigo 10, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 10/10/2004.

4.2. Calendário de Obrigações.

Verificamos com base nos controles internos que a entidade está cumprindo o seu calendário de obrigações junto ao SPC/MPS, Receita Federal, Participantes, Instituidores e Conselheiros, mantendo registro em “Relatório Circunstanciado Mensal”.

4.3. Implementação da Política de Controles Internos.

Verificamos que a entidade está implementando as adequações dos controles internos, consoante ao § 2º, do artigo 23, da Resolução MPS/CGPC nº13, de 01/10/2004.

4.4. Auditor Independente

Verificamos que o Auditor externo, Vox Auditores Independentes S/S, em seu parecer de 21 de março de 2014, assinado pelo Sr. Jaimir Biff, fez menção a avaliação dos controles internos.

4.5. Controles Internos.

Verificamos que a entidade possui os seguintes controles internos:

- a) Controle de Cadastro.
- b) Controle das Contribuições.
- c) Controle dos Benefícios Concedidos.
- d) Controle das Contas dos Participantes.
- e) Controle da Portabilidade.
- f) Controle da Contabilidade por Plano.
- g) Controle das Premissas e Hipóteses Atuariais.
- h) Controle dos Custos Tributários.
- i) Controle da Execução Orçamentária.
- j) Controle da Execução da Política de Investimentos.
- k) Controle da Agenda de Obrigações Junto ao SPC/MPS, Receita Federal e Divulgações.

4.6. Recomendações do Conselho Fiscal

Considerando-se o estágio atual do JUSPREV, sua estrutura e as providências já adotadas, recomendamos um efetivo controle da execução orçamentária, necessitando de



ajustes em algumas projeções, em função dos desvios entre realizado e orçado que fiquem acima da média de desvio aceitável.

4.7 Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos, manifestamos que os controles internos da entidade são adequados ao seu porte, ao plano de benefícios por ela administrado e ao modelo de governança proposto pela Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004, necessitando de aprimoramentos constantes no decorrer de suas atividades.

Curitiba, PR, 27 de junho de 2014.



VERA GRACE PARANAGUÁ CUNHA
Presidente do Conselho Fiscal



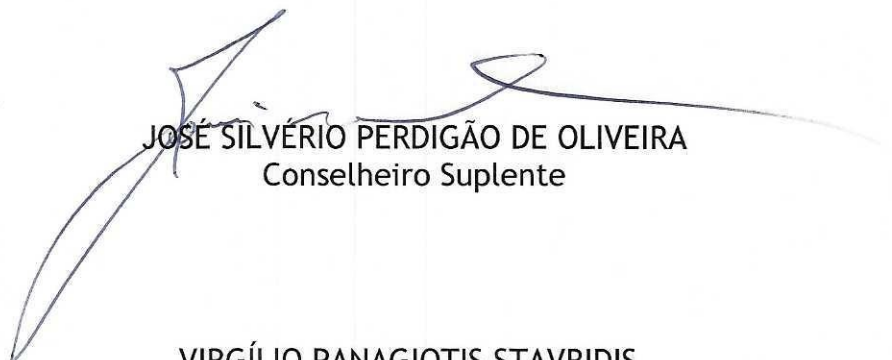
OTONIO RIBEIRO FURTADO
Conselheiro Efetivo



WILSON JOSÉ GALHEIRA
Conselheiro Efetivo



JOSÉ SILVÉRIO PERDIGÃO DE OLIVEIRA
Conselheiro Suplente



VIRGÍLIO PANAGIOTIS STAVRIDIS
Conselheiro Suplente